AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL EM GOIÁS

FAMILY FARM AGRO INDUSTRIES AS A STRATEGY FOR LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT IN GOIÁS

Autor(es):

Janice Morais Oliveira
Discente de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio - PPGAGRO/ Universidade Federal de Goiás (UFG)
Perita Federal Agrária do INCRA/GO
jannmorais2001@gmail.com

Fabiana Thomé da Cruz
Docente da Universidade Federal de Goiás, PPGAGRO/UFG e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS)
fabianathome@ufg.br

Graciella Corcioli
Docente da Universidade Federal de Goiás, PPGAGRO/UFG
graciellacorcioli@ufg.br

Grupo de Trabalho (GT): GT5 - Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

As agroindústrias rurais familiares (ARFs) são empreendimentos conduzidos principalmente pela mão de obra da família, que produz, processa e transforma parte de sua produção em outros produtos com maior valor agregado, geralmente vinculados às tradições culturais do local onde vive ou de suas gerações anteriores. Também podem ser constituídas a partir de uma organização coletiva, por meio de associação ou cooperativa, na qual várias famílias assumem a responsabilidade de fornecer a matéria-prima necessária para a elaboração de produtos artesanais diferenciados voltados à inserção no mercado regional e, mais recentemente, nos mercados institucionais. As ARF´s têm sido uma importante ferramenta de reprodução socioeconômica da agricultura familiar e têm contribuído para a geração de emprego e renda, além de servir de estímulo às mulheres e à permanência dos jovens no campo. O objetivo deste artigo é apresentar um panorama das ARF´s do estado de Goiás, seus principais produtos distribuídos por mesorregião, sua concentração por microrregião do estado e a partir disso, apontar as possibilidades de construção de políticas públicas voltadas para a expansão de mercados, manutenção das agroindústrias já existentes e incentivo à formação de novas ARF´s. Utilizou-se a base de dados do Censo Agropecuário 2017 para mostrar a configuração das ARF´s por microrregião e seus produtos por mesorregião do estado. Notou-se que, dentre os principais produtos elaborados pelas ARF´s, o queijo e o requeijão representam 74,3% das ARF´s do estado e a microrregião do Entorno de Brasília concentra o maior número de ARF´s, inferindo que o incentivo à ampliação de mercados e à diversificação de produtos tradicionalmente consumidos pela população goiana é uma das possibilidades concretas de fortalecimento da agricultura familiar, de sua permanência no campo e de desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Produto artesanal; Agroindústria Rural Familiar; Goiás.

Abstract
Family-farm agroindustry are enterprises conducted mainly by the family's workforce, which produces, processes and transforms part of its production into other products with greater added value and generally linked to the cultural traditions of the place where it lives or of its previous generations. They can also be constituted from a collective organization, through an association or cooperative, where several families assume the responsibility of providing the raw material necessary for the elaboration of differentiated handcraft products and their insertion in the regional and mainly institutional market. The ARF's have been an important tool for the socioeconomic reproduction of family farming and have contributed to the generation of jobs and income, in addition to serving as a stimulus for women and for young people to remain in the countryside. The purpose of this article is to present an overview of the ARF's in the state of Goiás, their main products distributed by mesoregion, their concentration by microregion of the state and, based on this, point out the possibilities for building public policies aimed at expanding markets, maintenance of existing agro-industries and encouragement to the formation of new ARF's. The 2017 Agricultural Census database was used to show the configuration of ARF's by microregion and their products by mesoregion of the state. It was noted that, among the main products produced by the ARF's, cheese and requeijão represent 74.3% of the ARF's in the state and the micro-region of the Entorno de Brasília concentrates the largest number of ARF's, inferring that the encouraging the expansion of markets and the diversification of products traditionally consumed by the population of Goiás is one of the concrete possibilities for strengthening family farming, its permanence in the countryside and local and regional development.

Key words: *Family farming; Handmade product; Family Rural Agroindustry; Goiás.*

1. Introdução

O Brasil é o 4º maior produtor mundial de grãos (arroz, cevada, milho, soja e trigo) e o maior produtor-exportador de soja. Ocupa a 3º posição mundial na produção total de carnes (suína, frango e bovina) e o primeiro lugar na produção de açúcar e café, conforme demonstrado por Aragão e Contini (2021), com elementos obtidos a partir da plataforma FAOSTAT. Esses dados se somam à narrativa que ressalta o agronegócio como a mola propulsora do "desenvolvimento" do país, porém o Brasil segue com os mesmos pilares de sua era colonial: monocultura, latifúndio e modelo primário exportador, que são a base histórica dos ciclos econômicos brasileiros (PEREIRA, 1977).

Em contraposição ao discurso de que o "Agro" é o setor mais importante para o desenvolvimento do Brasil, os números publicados pelo II Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN, 2022) questionam a centralidade desse discurso, apontando que a insegurança alimentar atinge atualmente 58,7% da população e 33,1 milhões de brasileiros passam fome.

A agricultura familiar também está inserida na produção dos principais produtos agropecuários que fazem parte da cadeia do agronegócio, mas ao mesmo tempo, responde pela produção de grande parte dos alimentos que a população consome, como demonstrou o Censo Agropecuário (IBGE, 2017): 38% do café, 49% da banana; 70% da mandioca, 69% do abacaxi, 42% do feijão e 64% da produção de leite.

Outros dados compilados pelo Censo (IBGE, 2017) demonstram que a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; compõe 77% dos estabelecimentos agropecuários do país e participa ativamente na geração de emprego, na oferta de alimentos diversificados, no desenvolvimento local, na promoção da segurança alimentar e na redução da fome.

Porém, a sucessão familiar no campo vem se apresentando como um obstáculo na manutenção da agricultura familiar, uma vez que as oportunidades de atividades não-agrícolas, o acesso a maiores níveis de escolaridade e as diversas atrações que a vida urbana oferece permitem que os jovens rurais ampliem seus horizontes para além da propriedade dos pais e, em decorrência, muitas vezes prefiram escolher seus próprios projetos de vida fora do ambiente rural (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Ademais, mesmo enfrentando tantos obstáculos para inserção no mercado, de acesso a créditos e à assistência técnica, de administração e sucessão da propriedade, de infraestrutura local, entre outros, a agricultura familiar segue realizando seu papel de fornecedora de alimentos, abastecendo os mercados locais e os grandes centros urbanos. Como forma de resistir no campo, essa categoria procura alternativas que incrementem a renda da família e proporcionem novas oportunidades às mulheres e aos jovens, a exemplo das agroindústrias rurais familiares (DEGGERONE, 2013; MIOR, 2005).

O tema das agroindústrias rurais surgiu na América Latina nos anos 1980, como estratégia de reduzir a pobreza rural e incluir as pequenas propriedades de terra nos mercados, através da agregação de valor aos produtos primários (REQUIER-DESJARDINS, 1999). Atualmente, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Brasil possui 720.644 estabelecimentos agropecuários com agroindústrias rurais familiares (ARF), que processam e transformam parte da produção primária proveniente de suas unidades agrícolas em produtos mais elaborados e diferenciados do que geralmente encontramos no mercado comum.

Vale, contudo, enfatizar que o IBGE considera como agroindústria rural as unidades produtivas onde há transformação de produtos agrícolas, seja com foco no consumo da própria família, seja com foco na comercialização, como explicam Bidin, Ceretta e Matte (2020). Essa ressalva é importante, visto que, para a pesquisa feita pelo IBGE, todo processamento de alimentos realizado nos estabelecimentos rurais é considerado como agroindústria rural, ainda que esse processamento seja voltado para consumo da própria família produtora. Diferentemente desta premissa, cabe menção ao conceito elaborado por Mior, que considera que

> A agroindústria familiar rural (agroindústria familiar, agroindústria artesanal e/ou colonial, agroindústria rural de pequeno porte) é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização (MIOR, 2005, p. 191).

Considerando essa distinção entre o conceito de agroindústria rural empregado pelo IBGE e o conceito amplamente aceito na literatura sobre o tema, para a condução desta pesquisa, consideramos o conceito adotado pelo IBGE, que embora mais amplo, proporciona avançar no levantamento proposto nesta pesquisa. Assim, ao se referir à ARF, este estudo se refere ao processamento de alimentos realizado pela agricultura familiar, seja para consumo da família, seja para comercialização.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama das ARF´s do estado de Goiás, a partir dos dados obtidos pelo Censo Agropecuário de 2017, indicando seus principais produtos distribuídos por mesorregião, a concentração de ARF´s por microrregião do estado e, a partir disso, apontar as possibilidades de construção de políticas públicas voltadas para a expansão de mercados, manutenção das agroindústrias já existentes e incentivo à formação de novas ARF´s.

2. Agricultura familiar no estado de Goiás e Agroindústrias rurais familiares

O Censo Agropecuário (IBGE, 2017) revela que o Estado de Goiás possui 152.174 estabelecimentos rurais, sendo que 95.684 são geridos pela agricultura familiar, o que representa 64,4% dos estabelecimentos rurais, mas somente 13,8% da área total produtiva. A produção anual de alimentos pela agricultura familiar é significativa no estado, com destaque para a mandioca, arroz, feijão, milho e o leite de vaca.

Em relação à produção de leite, são pouco mais de 50 mil propriedades familiares que produzem cerca de 1,4 bilhões de litros ao ano (IBGE, 2017). Isso porque a cadeia produtiva do leite é a mais consolidada no estado, dada a presença de grandes indústrias, que absorvem grande parte da produção, e a maior facilidade de obtenção de crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a atividade leiteira, já que os bovinos se tornam uma garantia de pagamento (CORCIOLI; CAMARGO, 2018).

Em um trabalho sobre o retrato da agricultura familiar em Goiás, Medina; Camargo e Silvestre (2018) apontam que a agricultura familiar (assentada e tradicional) no estado de Goiás é relevante e pode contribuir para inclusão social, geração de renda, produção e segurança alimentar. Por outro lado, limitações como a baixa diversificação dos sistemas de produção e a pouca adoção de tecnologias básicas e mais elaboradas geram vulnerabilidade mercadológica aos agricultores e estagnam como também reduzem suas rendas, uma vez que a competitividade com empresas e a baixa produtividade em seus sistemas impossibilitam avanços e limitam sua autonomia econômico-financeira.

Aliado a isso, tem-se que o produto primário, além de possuir baixo ou nenhum valor agregado, geralmente é comercializado por atravessadores, dinâmica que dificulta ainda mais a geração de renda e a viabilidade econômica das pequenas propriedades.

Diante desse contexto, as agroindústrias rurais familiares surgem como forma de agregar valor à matéria-prima produzida na unidade agrícola, trazendo um novo modo de operar a propriedade e de se relacionar com o mercado, além de se configurar como uma estratégia de reprodução socioeconômica, principalmente quanto à complementação da renda, à diversificação produtiva e à agregação de valor aos seus produtos, como demonstraram Spanevello et al. (2016) em pesquisa realizada com quatro ARF´s do Rio Grande do Sul.

Como explica Mior (2003, p.268), as ARF´s são formadas a partir de uma lógica diferente da agroindústria convencional e isso se dá pelo próprio contexto

> (…) de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da cadeia (rede) de produção e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor são algumas características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional.

Ademais, a grande maioria dos alimentos/produtos elaborados nas ARF´s são diferenciados em diversos aspectos. Geralmente, as receitas são provenientes da própria família, que já consumia o alimento no seu cotidiano, e isso por si só já imprime ao produto um toque peculiar e atrelado ao local de origem, preservando a cultura e os hábitos alimentares construídos ao longo de gerações ou na comunidade/região em que essas famílias vivem. O agricultor familiar *"busca re-valorizar a sua matéria-prima como um dos componentes fundamentais de sua estratégia de re-inserção econômica e social (pequeno empreendedor)"* (MIOR, 2003, p.190).

Portanto, agregar valor significa, entre outros aspectos, agregar cultura local, conhecimentos populares, saber-fazer, conhecimentos tradicionais e por que não bons sentimentos no processamento/transformação daquele alimento - que antes servia para o autoconsumo - que agora será comercializado e de certa forma "partilhado" com outras pessoas.

3. Aspectos metodológicos

Para a elaboração deste artigo, extraiu-se os dados compilados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), disponíveis na tabela "Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica" (Tabela 6960), do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), disponível em endereço eletrônico.

Destaca-se aqui a definição de produção da agroindústria rural dada pelo IBGE (2019, p.35):

> (…) produtos do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados, no período de referência, em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor.

No próprio SIDRA, antes do download da planilha de interesse, todos os produtos da agroindústria rural foram incluídos e os dados foram cruzados com as micro e mesorregiões geográficas do Estado de Goiás, com a finalidade de apresentar e discutir a distribuição das ARF´s por microrregião e por produto processado nas mesorregiões.

Para melhor visualizar esses recortes, foram elaborados 6 mapas no software livre Qgis versão 2.18, com os produtos de maior relevância processados pela agricultura familiar nas cinco mesorregiões de Goiás. Utilizou-se o mesmo software para identificar o número de ARF´s distribuídas por microrregião.

4. Resultados e Discussão

Os resultados gerados pelo SIDRA (IBGE, 2017) mostraram que Goiás possui 17.607 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural e destes, 13.012 pertencem à agricultura de base familiar, representando 73,9% das agroindústrias rurais do estado. Spanevello et al. (2019) defendem que a agroindústria familiar é uma forma de reprodução socioeconômica da agricultura familiar e uma importante fonte de renda gerada por meio da

agregação de valor ao produto.

O recorte feito por mesorregião do estado mostrou que as Regiões Noroeste, Norte, Centro, Leste e Sul Goiano concentram, respectivamente, 1.063, 2.060, 3.498, 3.223 e 3.168 ARF´s (Tabela 1). Importante frisar que a soma das ARF´s dentro da mesma mesorregião dará um resultado maior do que o total gerado pelo SIDRA por mesorregião. Isso ocorre, provavelmente, devido ao fato de algumas ARFs processarem mais de um produto especificado pelo Censo e também pela própria definição de agroindústria rural dada pelo IBGE (2019). Portanto, para fins de discussão dos resultados, considerou-se o número total de ARF´s encontradas por mesorregião e para dar ênfase a determinado alimento processado, considerou-se o número de ARF´s do produto elaborado em questão.

Os produtos em destaque nas ARF´s de Goiás são: o queijo e requeijão e a farinha de mandioca, produzidos em 9.672 e 2.523 agroindústrias familiares, respectivamente. Produtos como pães, geléias, doces, tapioca, rapadura, derivados da carne suína e outros também são elaborados pela agricultura familiar goiana nas ARF´s.

Tabela 1. Distribuição das ARF´s por alimento produzido nas mesorregiões de Goiás.

Produto	Noroeste	Norte	Centro	Leste	Sul	Total ARF´s/prod.
Queijo e requeijão	867	1.246	2.849	2.061	2.649	9.672
Farinha de mandioca	199	727	390	930	277	2.523
Goma ou tapioca	38	27	252	116	147	580
Rapadura	33	94	115	227	87	556
Doces e geleias	26	68	113	109	235	551
Carne de suínos(verde)	11	70	136	106	172	495
Carne de outros animais (verde)	2	5	10	24	194	235
Pães, bolos e biscoitos	3	28	30	14	147	222
Carne de bovinos(verde)	2	48	7	13	104	174
Polpa de frutas	7	15	28	87	16	153
Sucos de frutas	-	20	7	40	2	69
Aguardente de cana	3	6	9	17	33	68
Outros	33	100	127	65	113	438
Total ARF´s/MR*	**1.063**	**2.060**	**3.498**	**3.223**	**3.168**	**13.012**

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados do IBGE (2017).

*Esses valores estão de acordo com o resultado gerado pelo SIDRA para ARF´s/MR e não com a soma das ARF´s de todos os produtos/MR, pois uma ARF daquela MR pode processar mais de um produto.

A tabela 1 mostra que a mesorregião Sul se destaca na produção/processamento de doces e geleias, carnes, pães, bolos e biscoitos, enquanto o Centro Goiano possui 88% das ARF´s direcionadas à produção de queijo e requeijão e goma ou tapioca. Sul e Centro Goiano são as mesorregiões mais economicamente dinâmicas do estado, já que abrangem a Região Metropolitana de Goiânia e municípios onde estão as atividades agropecuárias e os complexos agroindustriais mais desenvolvidos, respectivamente (IFG, 2010).

A distribuição dos seis principais produtos elaborados pelas ARF´s do estado de Goiás está demonstrada por mesorregião nos mapas temáticos abaixo. Observa-se na figura 1 e na tabela 1 que a mesorregião Noroeste concentra a menor quantidade de ARF`s do estado (1.063 agroindústrias) e não se destaca em nenhum dos produtos levantados pelo IBGE. Este fato provavelmente pode ser explicado pelo baixo desempenho econômico da região, que é pouco industrializada e adensada; nessa mesorregião, o índice de escolaridade é crítico e a infraestrutura é precária, quando comparada às Regiões Sul e Centro Goiano (IFG, 2010).

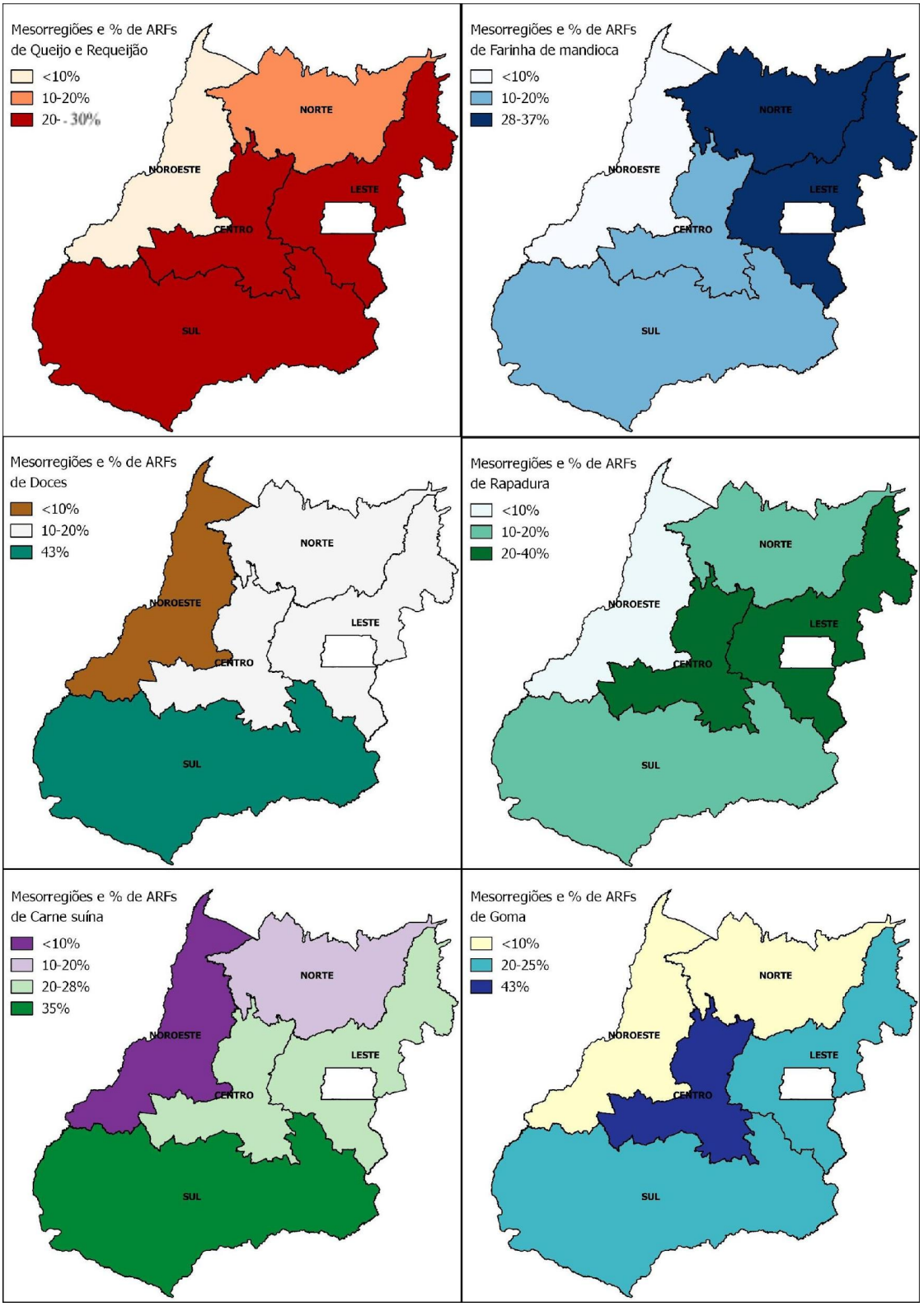
A mesorregião Leste concentra a produção de rapadura, queijo e requeijão e farinha de mandioca. O Leste Goiano abrange as microrregiões do Entorno de Brasília e Vão do Paranã, o que lhe confere um bom mercado consumidor, já que existe um público no Distrito Federal com alto poder de compra e favorável a pagar mais caro por um produto saudável e diferenciado. Dados do IBGE (2020) apontam que a renda domiciliar per capita do Distrito Federal chegou a ser quase o dobro do que a média nacional em 2020.

Dentro da mesorregião Norte, destaca-se na produção de farinha de mandioca com 727 agroindústrias familiares. Assim como o Noroeste, o Norte Goiano também apresenta baixo desempenho econômico e baixo nível de escolaridade (IFG, 2010), podendo inferir que o planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento dessas regiões deve ser diferenciado em relação às demais, a fim de reduzir as desigualdades social e econômica de maneira geral, valorizando os potenciais dos municípios e também a agricultura familiar, que compõe mais de 21 mil estabelecimentos agropecuários na soma das duas regiões (IBGE, 2017).

Um estudo elaborado por Rodrigues (2015) referente a três agroindústrias de polpa de frutas em Itapuranga-GO organizadas de forma coletiva e ligadas a cooperativas mostrou que a viabilidade das mesmas está diretamente relacionada à formação de uma rede ampliada e organizada de atores sociais, institucionais e econômicos, indicando que o papel do Estado é fundamental para alavancar a agricultura familiar e suas formas de reprodução, como é o caso das agroindústrias.

As ARF´s se mostram como oportunidade de melhor aproveitamento da matéria-prima produzida na unidade agrícola e incremento na renda, mas também propiciam um ambiente favorável à permanência dos jovens no campo (DEGGERONE, 2013). Permitem, desse modo, a reprodução socioeconômica (SPANEVELLO et al., 2019) das famílias rurais que, por meio da fabricação e processamento de alimentos locais, valorizam a cultura, a tradição e os hábitos alimentares daquela comunidade/região/território, além de contribuírem para o desenvolvimento local e a conservação ambiental, pois suas bases produtivas são menos impactantes ao meio ambiente.

Figura 1 - Distribuição das ARF´s por alimento processado nas cinco mesorregiões de Goiás.



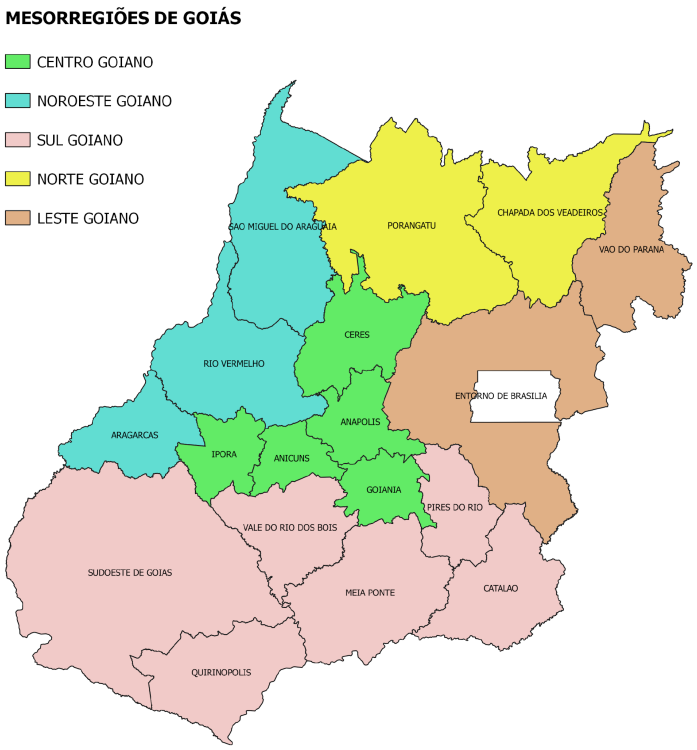
Fonte: Elaborada pelas autoras com dados do IBGE (2017).

Gazolla et al. (2022, p.322) apontaram importantes contribuições das agroindústrias para o desenvolvimento regional endógeno em uma publicação sobre o perfil da agroindustrialização brasileira com base nos dados do Censo. De acordo com os autores, :

> (...) as agroindústrias desempenham diversos papéis, como fomentar conhecimentos, habilidades, serviços, reduzir custos de diversas atividades e aumentar a capacidade de produção e comercialização de alimentos pelas cadeias curtas e os mercados locais. As agroindústrias geram movimentação econômica local, emprego, ocupações, renda e abastecem com alimentos de boa qualidade a população consumidora urbana. Assim, as agroindústrias fortalecem as atividades econômicas, sociais e ambientais, gerando processos de desenvolvimento regional endógeno nos locais em que elas estão imersas. (GAZOLLA et al.; 2022, p.322)

A figura 2 ilustra as mesorregiões goianas e as microrregiões que as compõem. As mesorregiões Sul e Centro abrangem 82 municípios cada; o Norte, 27 municípios, o Noroeste 23 e o Leste Goiano, 32 municípios. O Centro e o Sul concentram o maior número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e também o maior número de ARF´s (IBGE, 2017).

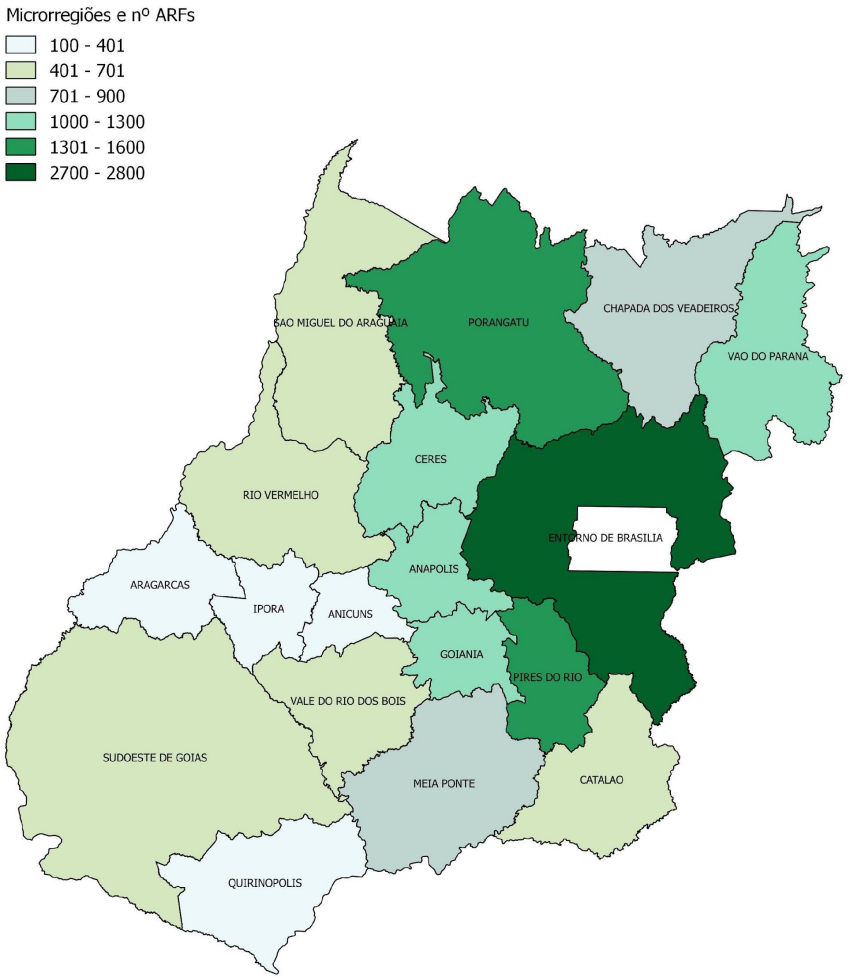
Figura 2 - Meso e microrregiões goianas.



Fonte: Instituto Mauro Borges (2018)

Na figura 3, as ARF´s estão distribuídas por microrregião goiana. Observa-se que a maior concentração está na microrregião do Entorno de Brasília, com 2.782 ARF´s. Por estar próxima de Brasília, a microrregião dispõe de um mercado consumidor com excelente potencial para absorver os produtos elaborados pelas pequenas agroindústrias, as quais devem estar atentas ao público que pretendem alcançar.

Figura 3 - Concentração de ARF´s por microrregião de Goiás.



Fonte: IBGE (2017).

Almeida et al. (2015) estudaram a segmentação do mercado consumidor do Distrito Federal conforme seu comportamento ambiental e encontraram 04 nichos, sendo que um deles é formado por consumidores altamente conscientes com a questão ambiental e que mudaram seus hábitos de consumo por razões ecológicas. Portanto, é imprescindível que haja o acompanhamento e conhecimento dos diferentes públicos consumidores, pois este mapeamento também abre possibilidades de diversificar a produção na unidade agrícola e amplia os canais de comercialização para além dos mercados institucionais e atravessadores, como geralmente ocorre dentro do universo restrito de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

As outras duas microrregiões com maior número de ARF´s são Porangatu e Pires do Rio, com 1.600 e 1.496 agroindústrias familiares, respectivamente. Nas duas, a produção de queijo e requeijão é predominante. As microrregiões menos expressivas do estado em número de ARF´s são: Aragarças, Iporá, Anicuns e Quirinópolis.

Algumas importantes políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se mostram, na maioria das vezes, fundamentais para a continuidade das ARF´s (MELO; VIEIRA, 2012; CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010). Contudo, não é interessante do ponto de vista econômico depender quase que exclusivamente de apenas um canal de comercialização, já que a ampliação/diversificação dos mercados é justamente um dos fatores garantidores de resultados mais favoráveis a médio/longo prazo para qualquer empreendimento.

Atualmente, existem outros mecanismos governamentais que contribuem para agregar valor aos alimentos processados pelas ARF´s e/ou para melhorar suas estruturas de produção, mas há muitas dúvidas se realmente essas ferramentas/políticas públicas estão de fato viabilizando e/ou ampliando as perspectivas das ARF´s neste emaranhado de burocracias, legislações e custos existentes. Entre os mecanismos públicos mais recentes, destaca-se:

1. Selo Arte – instituído pela Lei 13.680/2018 (BRASIL, 2018) e regulamentado pelo Decreto 11.099/2022 (BRASIL, 2022), permite que produtos alimentícios de origem animal produzidos artesanalmente sejam comercializados em todo território nacional teoricamente de forma menos burocrática, mas garantindo a mesma qualidade e segurança ao consumidor. O produtor artesanal deverá obedecer regras de boas práticas agropecuárias e de fabricação dos produtos artesanais, além de se inscrever no Cadastro Nacional de Produtos Artesanais.

Contudo, antes mesmo da Lei do Selo Arte, alguns normativos já tratavam sobre a agroindustrialização de base familiar e elaboração artesanal de produtos de origem animal, como o Decreto 8.471/2015 e a IN nº 06/2015, que propuseram a simplificação de regramentos para as condições gerais de instalações, equipamentos e práticas operacionais de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, bem como para a inspeção e fiscalização.

Na prática, o Selo Arte não tem gerado vantagens competitivas para as agroindústrias de pequeno porte, como foi apontado por Pinto at. al. (2020), ao verificarem que sua regulamentação não trouxe maior competitividade aos negócios ligados à produção de alimentos artesanais de origem animal. Além disso, essa inovação no marco regulatório não

revoga os regulamentos que determinam os critérios de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, estando estes sujeitos aos critérios ainda presentes em Leis, Instruções Normativas e Portarias anteriores, levando a maioria dos pequenos estabelecimentos a permanecerem na informalidade, já que os investimentos para a adequação inviabilizam, na maiorias dos casos, a atividade (CRUZ, 2020).

Em Goiás, até janeiro de 2023, o Selo Arte foi entregue a apenas cinco produtores de queijo artesanal, que obtiveram o registro de 35 produtos - entre queijos, manteiga e mel (MAPA, 2023), o que representa uma quantidade ainda muito incipiente e tímida, em vista da representatividade dos estabelecimentos que produzem de forma artesanal.

2. Indicação Geográfica (IG) – é a identificação de um produto ou serviço de origem geográfica específica, onde lhe é conferido identidade própria e características únicas atribuídas àquele local de produção, sendo passível de proteção legal contra uso de terceiros. Em Goiás, o açafrão produzido na região de Mara Rosa foi o primeiro produto a receber o Selo de Indicação geográfica, o que contribuiu para a agregação de valor e fortalecimento da agricultura familiar, através do cooperativismo e industrialização do açafrão (MAPA, 2017).

A Indicação Geográfica é uma ferramenta interessante do ponto de vista da promoção de um produto típico de determinada região, podendo gerar diversos benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais ao local e à sociedade. Entretanto, na prática, a IG não tem se mostrado eficiente e muito menos atrativo aos agricultores, já que existe um descompasso entre os atores locais, as iniciativas governamentais e as normas, as quais se apresentam muito exigentes e restritivas (SÁ; LIMA, 2018).

Os autores Sá e Lima (2018) analisaram os principais desafios do funcionamento de uma IG das mangas e uvas de mesa da região Submédio São Francisco e identificaram vários entraves que impedem a materialização das vantagens teoricamente prometidas por esta ferramenta, e dentre eles estão citados: 1) o estabelecimento de normas de produção e qualidade dos produtos com padrão muito elevados; 2) a baixa efetividade nas estratégias de organização e implementação das ações de marketing da IG, tanto no âmbito do mercado consumidor quanto aos produtores atuantes; 3) a ausência de protagonismo dos produtores locais, acompanhada pelo desinteresse e desconhecimento sobre as vantagens econômicas proporcionadas pela ferramenta; 5) o problema da governança territorial, relacionada à ausência de uma organização cooperativa forte, que articule os atores-chave, envolva os produtores e lidere a implantação da IG; e 6) a presença de marcas próprias pertencentes a um grupo de produtores de uva do Vale do São Francisco.

3. PRONAF Agroindústria – linha de crédito de investimento que tem por objetivo promover recursos para atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos agricultores familiares. Os limites variam de acordo com as categorias: pessoa física, pequeno empreendimento familiar ou cooperativa (CARTILHA CRÉDITO RURAL, 2020).

Apesar da dificuldade de acessar os dados do PRONAF Agroindústria, Wesz Junior (2010) analisou esta política de crédito, seu histórico, a mudança dos princípios que nortearam sua implementação e a alteração do perfil de financiamento após 2008/2009. O autor aponta para a redução de financiamento de agroindústrias compostas de agricultores familiares e seus grupos e um aumento exponencial da liberação de créditos para a estruturação das grandes cooperativas, especialmente as ligadas ao setor lácteo, fazendo com que os agricultores familiares retornassem ao papel de fornecedores de matéria-prima, sem se envolverem com o processo de agroindustrialização, onde a gestão e o trabalho são conduzidos pela família, aspectos que faziam parte do mote inicial desta política.

Resultado semelhante foi observado por Freitas; Corcioli e Cruz (2022), que verificaram a concentração de contratos do PRONAF Agroindústria nas mãos das grandes cooperativas da região Sul do Brasil entre os anos de 2013 e 2021.

As iniciativas governamentais, aliadas aos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, são relevantes para o impulsionamento das ARF`s, mas por si só não garantem sua consolidação e não são suficientes para a sua inclusão produtiva. Por isso, é necessário que as cadeias curtas de comercialização, a exemplo das feiras livres, vendas a domicílio, restaurantes e pequenos mercados e empórios locais, eventos, comércio eletrônico e rotas temáticas sejam acessíveis ao agricultor familiar.

Mesmo sendo amplo e relevante, o tema da agroindústria rural familiar no estado de Goiás é pouco explorado na literatura (RODRIGUES, 2015) e o presente estudo pode contribuir para somar a investigações mais detalhadas sobre os aspectos funcionais, organizacionais, gerenciais, estruturais, comerciais e de marketing das ARF´s goianas, assim como na estratificação entre as ARF´s provenientes da agricultura familiar tradicional e as constituídas por famílias assentadas da Reforma Agrária, no sentido de identificar os principais gargalos e potenciais desses empreendimentos, sejam eles individuais ou coletivos, tradicionais ou de assentamentos rurais.

Os dados sistematizados apontam o potencial do processamento de alimentos pela agricultura familiar em Goiás, mas para que esse potencial de fato implique agregação de valor, geração de renda, dinamização das regiões e desenvolvimento rural, é fundamental que as políticas públicas, sejam de crédito ou de assistência técnica (GAZOLLA et al., 2022) ou ainda relacionadas aos arcabouço sanitário legal, estejam alinhadas, ou seja, é necessário que o acesso a crédito, a mercados e a formalização da produção sejam convergentes.

5. Considerações finais

Pretendeu-se com este breve estudo apresentar, através de mapas temáticos, um panorama das agroindústrias rurais familiares nas meso e microrregiões do estado de Goiás, com base nos dados levantados pelo Censo Agropecuário de 2017.

Por meio dos dados analisados, foi possível visualizar que a fabricação de queijo/requeijão é o carro-chefe das ARF´s em Goiás, perfazendo 74,3% do total de ARF´s do estado, seguido da farinha de mandioca, com 19,4%. As mesorregiões com mais ARF´s são o Centro, Leste e o Sul Goiano, nesta ordem. As mesorregiões Norte e Noroeste perfazem

apenas 24% das ARF`s do estado e são consideradas as menos desenvolvidas economicamente.

Ao detalhar as ARF´s por microrregião, observou-se que a microrregião do Entorno de Brasília destacou-se com 2.782 ARF´s, podendo inferir empiricamente que a agricultura familiar daquela região composta por 20 municípios está, de certa forma, aproveitando as oportunidades do mercado consumidor diferenciado de Brasília para comercializar seus produtos a públicos específicos, visto que a renda domiciliar per capita do Distrito Federal chegou a ser quase o dobro do que a média nacional em 2020 (IBGE, 2020).

Alguns trabalhos demonstram que os mercados institucionais são o principal canal de escoamento da produção de ARF´s (MELO; VIEIRA, 2012; CHMIELEWSKA; SOUZA; E LOURETE, 2010; RODRIGUES, 2015), porém é salutar que outros mercados, públicos específicos e canais de comercialização sejam considerados no processo de expansão e consolidação das ARF´s, já que a diversificação dos canais de comercialização, aliada aos aspectos organizacionais da agroindústria, individual ou coletiva, são condutores de sucesso de qualquer empreendimento.

Para que possamos pensar em desenvolvimento rural integral, especialmente o desenvolvimento local, é urgente incluir a agricultura familiar na pauta de prioridade dos governos. A manutenção da agricultura familiar no campo por meio do acesso a políticas públicas, como os mercados institucionais, a assistência técnica gratuita e de qualidade, a oferta de créditos variados e políticas territoriais; da expansão de feiras livres; do incentivo à agregação de valor através da constituição de agroindústrias voltadas aos produtos locais; da capacitação continuada; da adequação do arcabouço de normas sanitárias; entre outros, são ações fundamentais para a permanência das famílias agricultoras no campo, para o incremento dos seus rendimentos mensais, para a melhoria de suas condições de vida, para a garantia da segurança alimentar e nutricional, para o desenvolvimento local/regional e também para a promoção da dignidade humana.

Partindo do princípio que as ARF`s compõem estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar e do desenvolvimento local/regional, a presença do Estado, em suas diferentes esferas – municipal, estadual e federal – como promotor do desenvolvimento, da pesquisa como auxiliadora na formulação de políticas públicas territoriais e de outros atores sociais e econômicos integrados e comprometidos com a importância da agricultura familiar, torna-se possível vislumbrar melhores perspectivas para a expansão de ARF´s e sua consolidação no estado de Goiás e nos demais estados brasileiros.

6. Referências

ARAGÃO, A; CONTINI, E. O AGRO no Brasil e no Mundo: Uma Síntese do período de 2000 a 2020. **EMBRAPA SIRE - Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas**. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf Acesso em: 27 mar. 2023.

ALMEIDA, A.N.; SANTANA, E.R.; GONÇALVES, A.O.; ANGELO, H. Segmentação do mercado consumidor do Distrito Federal conforme o seu comportamento ambiental. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria - RS, v.19, n.02, mai-ago.2015, p. 451-460. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reget. Acesso em: 08 dez.2022.

BIDIN, A.; CERETTA, G. S.; MATTE, A. Mudanças produtivas na agroindústria rural familiar no oeste do Paraná. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 58. 2020, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos [...] Foz do Iguaçu: Even3, 2020. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sober2020/246037-mudancas-produtivas-na-agroindustria-rural-familiar-no-oeste-do-parana /. Acesso em: 07 abr.2023.

BRASIL. Lei nº 13.680 de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº1283, de 18/12/1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.02, 05 dez.2022.

BRASIL. Decreto nº 8.471 de 22 de junho de 2015. Altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.09, 23 jun.2015.

BRASIL. Decreto nº 8.471 de 21 de junho de 2022. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.05, 22 jun.2022.

_____. Cartilha Crédito Rural. **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)**. 24p. 2020. Disponível em: https://www.agricultura.go.gov.br/ /informativos/cartilhas.html. Acesso em: 05 dez.2022.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D, LOURETE, A.A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: Estudo de caso no Estado de Sergipe. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.** Brasília, set. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1393/1/TD_1510.pdf . Acesso em: 10 dez.2022.

CORCIOLI, G., CAMARGO, R.S. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). In: MEDINA, G. da S. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico** [Recurso eletrônico] / Gabriel Medina (Org.). 4. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018. 354 p.: il. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_agricultura_familiar_18.pdf. Acesso em: 30 nov.2022

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n.2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/SgJJgFpm3hYySw4jfXYg9dH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 abr. 2023.

DEGGERONE, Z.A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares da Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Univates, Lajeado - RS. 156 p. 2013. Disponível em: https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/2d5b3970-ceb1-4124-884d-5f29adadbeb6/content . Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Economia de Brasília. **Governo do Distrito Federal.** Disponível em: http://www.df.gov.br/economia. Acesso em: 11 nov.2022.

FREITAS, A.M.P.; CORCIOLI, G.; CRUZ, F.T. Retrato das Agroindústrias e dos Programas Governamentais de Apoio à Agroindústria Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio.** v.20, n.2, 2022. p. 01-21. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/14055/7750. Acesso em: 04 abr. 2023.

GAZOLLA, M; DEMETRIO, M.; FANTIN, L.M; BORELLI, I. Agroindústrias Rurais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: Um Perfil da Agroindustrialização Brasileira com Base nos Dados do Censo Agropecuário de 2017. IN: SANTOS, G.R.; SILVA, R.P. (org.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2022. p. 319-349. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11411 . Acesso em 29 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 08 dez.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 109 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096 . Acesso em: 27 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. **SIDRA: Sistema IBGE de recuperação automática.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6960. Acesso em: 10 nov.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama. Acesso em: 28 nov.2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIÁS – IFG. Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local 2010-2014. **Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica**. 215 p. fev. 2010. Disponível em: http://www.cefetgo.br/attachments/article/498/plano_estrategico_desenvolvimento_regional.pdf. Acesso em: 10 dez.2022.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. **Mapa das Mesorregiões do Estado de Goiás**. 2018. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/geoinforma%C3%A7%C3%A3o/mapas/mapas-das-mesorreg%C3%B5es-de-goi%C3%A1s-ibge.html. Acesso em: 08 dez.2022.

KIYOTA, N. PERONDI, M.A. Sucessão geracional na agricultura familiar Uma questão de renda? *In*: Buainain, A.M., Alves, E., Silveira, J.M., Navarro, Z. **O Mundo Rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014. p.1011-1044. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/997068/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola. Acesso em: 21 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA. **Cadastro Nacional de Produtos Artesanais - CNPA.** Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal/cadastro-nacional-de-produtos-artesanais-cnpa. 2023. Acesso em: 27 mar.2023.

MEDINA, G. da S., CAMARGO, R., SILVESTRE, W. Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação. In: MEDINA, G. da S. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico** [Recurso eletrônico] / Gabriel Medina (Org.). – 4. ed. – Goiânia: Editora UFG, 2018. 354 p.: il. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_agricultura_familiar_18.pdf. Acesso em: 08 dez.2022.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** 2003. 316 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87731. Acesso em: 03 nov. 2022.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87731 . Acesso em: 07 abr. 2023.

PEREIRA, L.C.B. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. Editora Brasiliense. 402 p. 1977. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/estado-e-subdesenvolvimento-industrializado-completo.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

PINTO, H.E.; FURQUIM, M.G.D.; SILVA, A.C.; COSTA, R.R.; CRUZ, J.E. Implicações do Selo Arte para a Competitividade de Negócios Agroalimentares: o caso dos produtos alimentícios artesanais de origem animal. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343221428. Acesso em: 29 mar. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REDE PENSSAN. **VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan. 112 p. 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em 27 mar.2023.

REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-industria rural y sistemas agroalimentares localizados: ?Cuáles puestas?. In: X ANIVERSÁRIO DE PRODAR. **Anais**... Quito, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Denis-Requier-Desjardins/publication/264840314_Agro-Industria_Rural_y_Sistemas_Agroalimentarios_Localizados_Cuales_puestas/links/5452113a0cf24884d8873ef5/Agro-Industria-Rural-y-Sistemas-Agroalimentarios-Localizados-Cuales-puestas.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023

RODRIGUES, J.M. **Agroindústrias familiares em Goiás: Caminhos e Contornos.** 2015. 92p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015.

SÁ, L.R.O.; LIMA, J.R.F. Desafios ao funcionamento de uma indicação geográfica: o caso das uvas de mesa e mangas do Vale do Submédio do São Francisco. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **XIII SOBER Nordeste: Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido.** Juazeiro/BA. out/nov.2018. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/186308/1/Joao-Ricardo-2.pdf. Acesso em: 30 nov.2022.

SPANEVELLO, R.M.; DUARTE, L.C.; SCHEIDER, L.C.; MARTINS, S.P. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 3, p.198-216, set-dez/2019. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14125. Acesso em: 10 dez.2022.

_____. O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro? **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** 2017. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig. Acesso em: 02 dez.2022.

WESZ JUNIOR, V.J. Política Pública de Agroindustrialização na Agricultura Familiar: Uma análise do PRONAF-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba – SP, vol.48, n.04, p.567-596, out-dez/2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/wXrr57zCnLLMdH4qvRvpM4y/?lang=pt. Acesso em: 03 dez.2022.